

Gastos com Pessoal: Análise comparativa dos municípios da microrregião de Varginha-MG por meio da análise envoltória de dados

**Adriano Antonio Nuintin,
Universidade Federal de Alfenas – Unifal MG,
adriano.nuintin@unifal-mg.edu.br**

**Paulo Roberto Rodrigues de Souza,
Universidade Federal de Alfenas – Unifal MG,
paulo.souza@unifal-mg.edu.br**

**Maria Aparecida Curi,
Universidade Federal de Alfenas – Unifal MG,
maria.curi@unifal-mg.edu.br**

**Richardson Coimbra Borges
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS
richardson.borges@ufms.br**

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o comportamento dos gastos com pessoal dos municípios da microrregião de Varginha, localizada no sul de Minas Gerais. O controle das despesas com pessoal, além de ser uma exigência legal, é necessário para o planejamento financeiro dos municípios, que apresentam dificuldades em gerar receitas para cobrir as despesas da estrutura administrativa. O estudo é caracterizado como uma pesquisa descritiva exploratória, com abordagem quantitativa. Os dados foram analisados mediante estatística descritiva e da metodologia *Data Envelopment Analysis* – DEA, no período de 2016 a 2019. Conforme os resultados, a média de gastos com pessoal em relação a receita corrente líquida é de 51%, no período estudado, já a relação gastos com pessoal e despesas totais é 49% e os gastos com pessoal por habitante é R\$ 1.186,62. De acordo com classificação dos municípios, Campos Gerais, Elói Mendes, Três Corações e Varginha apresentaram melhor relação entre receitas e gastos com pessoal, e os municípios de Santana da Vargem, Guapé e São Bento Abade, apresentaram uma relação em média de 20% inferior aos primeiros municípios.

Palavras-chave: Gastos com pessoal; setor público; microrregião de Varginha-MG.

1 INTRODUÇÃO

O Índice Firjan Gestão Fiscal – Firjan (2019), demonstra um cenário apreensivo para os municípios mineiros, o percentual dos municípios que apresentaram um quadro fiscal considerado crítico foi de 56,5%. Ratifica com esse resultado o baixo percentual de municípios que administraram seus recursos com eficiência, apenas 12% apresentou gestão fiscal boa ou excelente.

As administrações municipais, em razão das muitas exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores, sempre tiveram um grande desafio em manter a prestação de contas sobre o uso do dinheiro público. Os gastos com o pessoal sempre foram, por parte dos gestores públicos, objeto de muito acompanhamento e controle.

Ultrapassar os limites prudenciais de gastos com pessoal, previsto na Lei de responsabilidade Fiscal, pode significar sanções que vão penalizar o município no que diz respeito principalmente ao seu caixa. Dessa forma, é necessário que as administrações municipais canalizem esforços para o desenvolvimento e mecanismos que possam ser utilizados para a avaliação da gestão dos recursos.

Tendo em vista a necessidade de gestão dos gastos com pessoal no setor público em um cenário com restrições orçamentárias, o presente trabalho apresenta o seguinte questionamento: Como está o comportamento dos gastos com pessoal dos municípios da microrregião de Varginha localizada no sul de Minas Gerais

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é analisar o comportamento dos gastos com pessoal dos municípios da microrregião de Varginha – Sul de Minas Gerais. Para isso os objetivos específicos, são: (i) Apresentar a evolução do montante dos gastos com pessoal, da receita corrente líquida e das despesas totais dos municípios em estudo; (ii) Evidenciar, por meio de indicadores, a relação gastos com pessoal, receita corrente líquida, despesas totais e número de habitantes do período estudado e (iii) Classificar os municípios conforme o resultado dos indicadores por meio da análise envoltória de dados.

O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente é apresentada a introdução, seguida da revisão da literatura, na qual, são abordados o controle dos gastos com o pessoal e estudos anteriores sobre gastos com pessoal e o modelo conceitual da análise comparativa dos gastos com pessoal. Na sequência, apresenta-se a metodologia a análise dos resultados e encerra-se com as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O CONTROLE DOS GASTOS COM O PESSOAL

O Orçamento do Brasil, foi instituído pela CF/88, e é formado por três principais peças: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Cabe ao Congresso Nacional, deliberar sobre as leis orçamentárias bem com realizar o seu efetivo cumprimento (BRASIL, 1988).

Para Giacconi (2017), a Constituição Federal de 1988 trouxe diretrizes inovadoras para a gestão pública. Valoriza-se o planejamento, e as administrações estão obrigadas a elaborar planos de médio prazo e esses mantêm vínculos estreitos com os orçamentos anuais.

A Lei Complementar nr. 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, determina as normas para as finanças públicas no âmbito federal, estadual e municipal, estipula ações planejadas e transparentes de forma a prevenir riscos e deformidades que possam prejudicar o equilíbrio fiscal dos entes federativos.

Dessa forma, a LRF, apresenta-se como importante instrumento, que auxilia o gestor público no controle dos recursos públicos e em todas as esferas de governo, referentes à gestão da receita e da despesa públicas, ao endividamento e à gestão do patrimônio público.

Dentre o conjunto de normas e princípios estabelecidos pela LRF, o limite de gastos com pessoal, merece um destaque, a Lei fixa limites para essa despesa em relação a Receita Corrente Líquida – RCL. O limite para a despesa com pagamentos de salários de servidores ativos, inativos e pensionistas. Os valores em relação ao total da arrecadação são os seguintes: 50% para União e 60% para os Estados e Municípios.

Para Linhares, Penna e Borges (2013), a imposição de limites de gastos seria, um avanço para o saneamento das finanças da União, dos estados e dos municípios e também para a realização de um ajuste fiscal definitivo, indispensável ao crescimento econômico sustentável, a geração de renda e ao bem-estar social.

O Controle dos gastos públicos, por parte dos municípios exige dos gestores um planejamento eficaz tendo como objetivo cumprir os limites impostos pela legislação. Estudos acadêmicos sobre o tema, tem sido desenvolvido, de forma a contribuir para uma melhor compreensão e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos.

2.2 ESTUDOS ANTERIORES

Encontram-se na literatura, estudos relacionados à despesas, receitas e sua relação com pessoal nos municípios. Nesta subseção, são apresentados alguns trabalhos que contribuíram para a definição da pesquisa, assim como, para o cumprimento dos objetivos propostos.

Souza e Almeida (2011), analisaram se a variação percentual das despesas com pessoal dos municípios pernambucanos, que atingiram no mínimo o limite prudencial, influencia na redução da produção dos serviços de saúde realizados pelo PSF - Programa de Saúde da Família. A metodologia empregada nesse estudo, foram as taxonômicas propostas por Vergara (2007), tanto para fins descritivos, quanto bibliográfica. A amostra empregada foi formada pelos municípios pernambucanos que no último quadrimestre dos anos de 2007 ou 2008 realizaram gastos com pessoal acima do limite prudencial no poder executivo e que apresentaram redução na produção dos serviços do PSF. O tratamento dos dados foi por meio de regressão simples e múltiplas. O estudo concluiu que a variação das despesas com pessoal, a população e o alcance do limite legal de despesa com pessoal dos períodos avaliados, não são determinantes da redução dos serviços de saúde realizados pelo PSF nos grupos de municípios pesquisados.

Um segundo trabalho anterior analisado foi o de Confessor et al (2017) onde são analisadas as despesas com pessoal nos municípios da Paraíba. Tal pesquisa foi realizada com a finalidade de fornecer ao gestor público, visão mais abrangente da referida despesa, em face dos limites impostos pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, tomando por base os dados publicados no site: SICONFI, TCE/PB e IBGE. Os dados foram retirados das demonstrações contábeis das prefeituras do estado da Paraíba informadas ao Sistemas Sagres Cidadão. O período de coleta foi entre março e julho de 2017, analisados por meio de planilha eletrônica e regressão linear múltipla. Os dados analisados foram os anos de 2014, 2015 e 2016. Dos 223 municípios paraibanos, foram analisados 86, já que os demais não possuíam dados suficientes para análise. O total de gastos com pessoal foi obtido através da análise do RGF – Relatório de Gestão Fiscal e RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária, verificando-se o cumprimento dos limites impostos pela LRF. No presente trabalho, evidenciou-se que nos municípios pesquisados para o período proposto, a maioria dos gestores gastaram acima do estabelecido em lei; que as Despesas com Pessoal e Despesas com Pessoal sobre Receita Disponível para Pessoal possuem forte relação de igualdade e que as variáveis independentes Dummy para as regras fiscais LRF e LCF – Lei Complementar Federal (Receita Federal) e

eDummy para Prefeito aliado político do Governador apresentaram significância estatisticamente para explicar o comportamento das variáveis DP – Despesas com Pessoal e DP_RDP – Despesas com Pessoal sobre Receita Disponível para Pessoal.

Outro trabalho relacionado com o tema tratado nesse artigo é o de SILVA(2018) onde foram analisadas as despesas com pessoal no município de Camboriú/SC. Tal trabalho analisou a evolução do limite da LRF-Lei de Responsabilidade Fiscal na despesa com pessoal no poder executivo do município de Camboriú/SC nos anos de 2000 a 2017. Verificou-se nesse trabalho, se houve o cumprimento dos limites impostos pela LRF, quanto às despesas com pessoal nos anos de 2000 a 2017. Foi realizada uma pesquisa exploratória por meio de análise documental, considerados como documentos os dados publicados na página eletrônica do Tribunal de Contas de Santa Catarina e no Sistema de Coleta de Dados Contábeis da Caixa Econômica Federal. No referido trabalho, concluiu-se que o Poder Executivo do município de Camboriú não cumpriu com os limites estabelecidos na LRF quanto às despesas com pessoal no período analisado, sendo que permaneceu dentro dos limites estabelecidos entre os exercícios financeiros de 2000 a 2007, entretanto, nos anos de 2011 a 2017 excedeu anualmente o limite de 90% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa subseção são apresentados o enquadramento metodológico, os procedimentos para a coleta e análise dos dados, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Delineamento da pesquisa

Problema	Como está o comportamento dos gastos com pessoal dos municípios da microrregião de Varginha, localizada no Sul de Minas Gerais
Objetivo Geral	Analisar o comportamento dos gastos com pessoal dos municípios da microrregião de Varginha – Sul de Minas Gerais
Objetivos Específicos	(i) Apresentar a evolução do montante dos gastos com pessoal, da receita corrente líquida e das despesas totais dos municípios em estudo; (ii) Evidenciar, por meio de indicadores, a relação gastos com pessoal, receita corrente líquida, despesas totais e número de habitantes do período estudado; e (iii) Classificar os municípios conforme o resultado dos indicadores por meio da análise envoltória de dados.
Classificação quanto aos objetivos	Descritiva e exploratória
Forma de abordagem do Problema	Quantitativa
Procedimentos Técnicos	Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental

Fonte: Elaborado pelos autores.

As classificações expostas no Quadro 1 para o desenvolvimento do trabalho são descritas a seguir.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva e exploratória, pois descreve o comportamento dos gastos municipais com pessoal. Conforme Gil (2010), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Já a pesquisa exploratória é responsável por registrar, analisar e correlacionar os fatos ou fenômenos sem manipulá-los (CERVO e BERVIAN, 1996).

Quanto a forma de abordagem do problema, a pesquisa enquadra-se em uma análise quantitativa, devido ao fato de utilizar metodologias como a *Data Envelopment Analysis* - DEA e técnicas de estatísticas descritivas, a partir de dados secundários.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Os dados foram obtidos em relatórios publicados nas páginas eletrônicas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, disponíveis para livre consulta.

O recorte para este estudo compreende a microrregião de Varginha Minas Gerais, formada por 16 municípios, sendo: Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Eloi Mendes, Guapé, Ilicínea, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Tomé das Letras, Três Corações, Três Pontas e Varginha. O município de São Tomé das Letras foi excluído da análise por não ter apresentados os dados suficientes para a análise.

O período de análise refere-se aos anos de 2016 a 2019, o que o caracteriza com um estudo longitudinal. O período foi definido em função de contemplar dois anos da administração municipal anterior e dois anos da administração municipal atual.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

De posse dos dados, os mesmos foram organizados e descritos com aplicação de técnicas da estatística descritiva. Para isso, foram utilizados softwares SPSS e o *Microsoft Office Excel*. Nessa etapa, das análises buscou-se levantar informações sobre a média, desvio padrão, valores máximos e mínimos do conjunto de municípios analisados.

Para classificar os municípios de acordo com o nível de eficiência, no que diz respeito ao comportamento dos gastos com o pessoal, foi utilizada a metodologia *Data Envelopment Analysis*– DEA, a qual relaciona a quantidade ou volume de recursos utilizados, inputs, com os resultados gerados, outputs, pelas unidades de análise, as quais, neste estudo são os municípios.

Em 1978, com base no trabalho de Charnes, Cooper e Rhodes (1978) e Farrel (1957) desenvolveram a metodologia *Data Envelopment Analysis*– DEA, caracterizando-se como uma técnica não paramétrica baseada na programação linear. Essa metodologia objetiva mensurar a eficiência de unidades tomadoras de decisão, também chamadas de *Decision Making Units* (DMU), evidenciando a eficiência relativa de cada unidade com respeito aos melhores desempenhos observados, em relação aos inputs e outputs.

Para a aplicação da metodologia DEA é necessário definir a orientação para *input* ou para *output*. O modelo orientado a *input* busca maximizar a redução proporcional nas variáveis de *input*, enquanto mantém o nível de *output* constante. E o modelo orientado a *output* maximiza o aumento proporcional das variáveis de *output* mantendo o mesmo nível de *inputs* (HAYNES e DINC, 2005).

Para este estudo, a orientação da metodologia DEA foi a *output*, permitindo evidenciar os o comportamento da aplicação dos recursos públicos com gastos com pessoal.

Além da orientação a *input* e *output*, o modelo DEA pode ser operacionalizado com a aplicação de dois modelos: retorno constante de escala e retorno variável de escala.

Quanto à definição do retorno de escala, em função das características das DMUs, ou seja, dos municípios, em relação ao tamanho, ao montante de recursos públicos, foi utilizado o modelo de retorno variável de escala BCC.

A escolha das variáveis utilizadas nesta pesquisa teve embasamento na LRF e são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2: Descrição dos inputs e outputs

Variável Seleccionada	Descrição	Input/Output
RCL/HAB	Receita Corrente Líquida por Habitante	Input
DP/RCL	Relação Despesa com Pessoal / Receita Corrente Líquida	Output
DP/DT	Relação Despesa com Pessoal / Despesas Totais	Output
DP/HAB	Relação Despesa com Pessoal / Habitante	Output

Fonte: Dados da pesquisa

Na próxima subsecção são apresentados os resultados da pesquisa conforme os objetivos apresentados.

O capítulo de procedimentos metodológicos deve explicitar os métodos e procedimentos utilizados para desenvolvimento do trabalho.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A comparação dos gastos com pessoal dos municípios foi realizada em três etapas apresentadas nas subseções seguintes.

4.1 EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL, RECEITA CORRENTE LÍQUIDA E DESPESAS TOTAIS DOS MUNICÍPIOS EM ESTUDO

Esta subseção apresenta a evolução do montante dos gastos com pessoal, receita corrente líquida e despesas totais, conforme os Quadros 3,4, e 5. Os valores são apresentados, em mil reais, por município, em ordem alfabética.

Quadro 3: Evolução dos gastos com pessoal

Municípios	2016	2017	Evolução 2016-2017	2018	Evolução 2017-2018	2019	Evolução 2018-2019
Boa Esperança	42.817	50.182	17%	44.889	-11%	48.966	9%
Campanha	17.591	17.986	2%	19.262	7%	20.708	8%
Campo do Meio	11.981	12.443	4%	13.304	7%	14.140	6%
Campos Gerais	22.253	25.837	16%	28.509	10%	29.869	5%
Carmo da Cachoeira	13.750	14.591	6%	15.585	7%	14.157	-9%
Coqueiral	9.119	10.312	13%	9.971	-3%	11.666	17%
Elói Mendes	25.429	25.571	1%	27.532	8%	29.141	6%
Guapé	18.378	20.217	10%	19.542	-3%	21.985	12%
Ilicínea	12.025	13.479	12%	14.016	4%	14.924	6%
Monsenhor Paulo	9.141	8.677	-5%	9.116	5%	10.336	13%
Santana da Vargem	8.996	9.491	6%	9.788	3%	10.314	5%
São Bento Abade	7.403	7.356	-1%	8.016	9%	8.925	11%
Três Corações	72.515	68.707	-5%	78.744	15%	85.789	9%
Três Pontas	59.790	66.808	12%	66.580	0%	70.763	6%
Varginha	147.083	154.075	5%	159.342	3%	174.115	9%

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme os dados referentes ao período de 2016-2017, o município de Boa Esperança apresenta o maior percentual de crescimento dos gastos com pessoal, ou seja, 17%. E os municípios de Monsenhor Paulo e Três Corações, evidenciam redução de 5% com gastos com pessoal no período apresentado.

Com relação ao período de 2017-2018, o município de Boa Esperança apresenta redução de 11% com gastos com pessoal. E o município de Três Corações informa um aumento de 15%.

Já no período de 2018-2019, o município de Coqueiral apresenta o maior percentual de crescimento dos gastos com pessoal, ou seja, 17%. E o município de Carmo da Cachoeira evidencia redução de 9% com gastos com pessoal no período apresentado.

Quadro 4: Evolução da receita corrente líquida

Municípios	2016	2017	Evolução 2016-2017	2018	Evolução 2017-2018	2019	Evolução 2018-2019
Boa Esperança	79.803	83.815	5%	87.160	4%	109.778	26%
Campanha	33.441	35.162	5%	36.182	3%	46.444	28%
Campo do Meio	24.286	26.599	10%	26.010	-2%	30.042	16%
Campos Gerais	45.266	48.029	6%	49.284	3%	58.756	19%
Carmo da Cachoeira	26.516	27.042	2%	26.995	0%	31.514	17%
Coqueiral	19.077	18.108	-5%	19.356	7%	22.547	16%
Elói Mendes	50.113	52.219	4%	54.279	4%	63.256	17%
Guapé	33.778	34.405	2%	35.660	4%	44.629	25%
Ilicínea	23.882	24.946	4%	24.931	0%	27.488	10%
Monsenhor Paulo	18.334	18.720	2%	19.089	2%	22.254	17%
Santana da Vargem	16.641	17.227	4%	17.149	0%	20.318	18%
São Bento Abade	13.928	13.574	-3%	14.428	6%	16.405	14%
Três Corações	133.718	136.643	2%	158.623	16%	176.757	11%
Três Pontas	116.507	121.545	4%	124.333	2%	144.150	16%
Varginha	308.179	347.719	13%	391.067	12%	480.778	23%

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme os dados referentes ao período de 2016-2017, o município de Varginha apresenta o maior percentual de crescimento da receita corrente líquida, ou seja, 13%. E os municípios de Coqueiral e São Bento Abade, informam redução de 5% e 3%, respectivamente, no período apresentado.

Com relação ao período de 2017-2018, o município de Campo do Meio apresenta redução de 2% nas receitas correntes líquidas. E o município de Três Corações informa um aumento de 16%.

Já no período de 2018-2019, o município de Campanha apresenta o maior percentual de crescimento da receita corrente líquida, ou seja, 26%. E o município de Ilicínea evidencia a menor evolução, 10% no período apresentado.

De acordo com os valores apresentados, percebe-se um aumento generalizado das receitas correntes líquidas dos municípios de 2018 para 2019, conforme evidenciado em percentual na Tabela 1.

Tabela 1: Variação da Receita Corrente Líquida – 2018-2019

Variação Receita Corrente Líquida - 2018x2019

Municípios	Receita Corrente	Transferência Corrente
Boa Esperança	41%	94%
Campanha	24%	82%
Campo do Meio	4%	106%
Campos Gerais	-3%	100%
Carmo da Cachoeira	10%	99%
Coqueiral	17%	103%
Elói Mendes	23%	84%
Guapé	9%	97%
Ilicínea	10%	96%
Monsenhor Paulo	6%	175%
Santana da Vargem	4%	99%
São Bento Abade	-7%	119%
Três Corações	116%	13%
Três Pontas	33%	83%
Varginha	51%	60%
Total Variação	43%	73%

Fonte: Elaborado pelos autores

Em média as receitas correntes dos municípios aumentaram 43% e as transferências correntes evoluíram, em média, 73%, influenciado o aumento das receitas correntes líquidas, além de evidenciar a dependência de transferência de recursos aos municípios para a manutenção e para a prestação de serviços aos seus habitantes.

Quadro 5: Evolução das despesas totais

Municípios	2016	2017	Evolução	2018	Evolução	2019	Evolução
			2016-2017		2017-2018		2018-2019
Boa Esperança	95.825	100.790	5%	101.903	1%	118.384	16%
Campanha	36.146	35.415	-2%	40.420	14%	47.220	17%
Campo do Meio	24.670	25.811	5%	29.154	13%	30.794	6%
Campos Gerais	50.141	54.680	9%	60.873	11%	66.869	10%
Carmo da Cachoeira	25.688	26.290	2%	28.712	9%	27.817	-3%
Coqueiral	17.267	17.683	2%	22.039	25%	23.756	8%
Elói Mendes	50.810	52.587	3%	56.164	7%	60.524	8%

Guapé	34.550	34.000	-2%	38.820	14%	42.580	10%
Ilicínea	24.497	24.401	0%	25.869	6%	27.349	6%
Monsenhor Paulo	20.317	20.490	1%	20.835	2%	22.610	9%
Santana da Vargem	16.988	17.015	0%	17.385	2%	20.260	17%
São Bento Abade	14.015	13.795	-2%	14.535	5%	16.923	16%
Três Corações	146.545	157.537	8%	186.009	18%	217.200	17%
Três Pontas	116.431	125.672	8%	132.904	6%	159.287	20%
Varginha	306.647	343.473	12%	415.721	21%	479.674	15%

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme os dados referentes ao período de 2016-2017, o município de Varginha apresenta o maior percentual de crescimento com despesas totais, ou seja, 12%. E os municípios de Campanha, Guapé e São Bento Abade, evidenciam redução de 2% no período apresentado.

Com relação ao período de 2017-2018, o município de Boa Esperança apresenta a menor evolução, ou seja, 1%. E o município de Coqueiral evidencia a um aumento de 25%.

Já no período de 2018-2019, o município de Três Pontas apresenta o maior percentual de crescimento dos gastos com pessoal, ou seja, 20%. E o município de Carmo da Cachoeira evidencia redução de 3% com despesas totais no período apresentado.

A Tabela 2 apresenta a estatística descritiva dos itens estudados no período.

Tabela 2: Estatística descritiva das variáveis estudadas – em mil reais

Gastos com Pessoal	2016	2017	2018	2019
Média	31.885	33.716	34.947	37.720
Desvio Padrão	37.435	39.023	40.534	44.276
Mínimo	7.403	7.356	8.016	8.925
Máximo	147.083	154.075	159.342	174.115
Receita Corr. Líquida	2016	2017	2018	2019
Média	62.898	67.050	72.303	86.341
Desvio Padrão	77.140	86.444	97.819	119.325
Mínimo	13.928	13.574	14.428	16.405
Máximo	308.179	347.719	391.067	480.778
Despesas totais	2016	2017	2018	2019
Média	65.369	69.976	79.423	90.750
Desvio Padrão	77.832	87.270	105.095	122.339
Mínimo	14.015	13.795	14.535	16.923
Máximo	306.647	343.473	415.721	479.674

Fonte: Elaborado pelos autores

Em média os 15 municípios estudados apresentam um montante de gastos com pessoal

com variação de 31,885 a 37,720 milhões, de 2016 a 2019, com valor máximo de 174,115 milhões e 8,925 milhões de valor mínimo em 2019.

Com relação a receita corrente líquida, os municípios informam um montante médio com variação de 62,898 a 86,341 milhões, de 2016 a 2019, com valor máximo de 480,778 milhões e 308,179 milhões de valor mínimo em 2019.

Por fim, o montante médio das despesas totais teve uma variação de 65,369 a 90,750 milhões, de 2016 a 2019, com valor máximo de 479,674 milhões e 306,647 milhões de valor mínimo em 2019, dentre os 15 municípios.

Após a apresentação dos valores absolutos dos itens estudados, a seguir é demonstrado alguns indicadores conforme exposto na metodologia.

4.2 INDICADORES DOS GASTOS COM PESSOAL DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VARGINHA - SUL DE MINAS GERAIS

Para cumprir o segundo objetivo específico e ampliar a visão dos gastos com pessoal dos municípios, é apresentado nos Quadros 6,7 e 8 alguns indicadores. Os resultados dos indicadores são apresentados, por município, em ordem alfabética.

Quadro 6: Indicador - Gastos com Pessoal e Receita Corrente Líquida

Municípios	2016	2017	2018	2019
Boa Esperança	54%	60%	52%	45%
Campanha	53%	51%	53%	45%
Campo do Meio	49%	47%	51%	47%
Campos Gerais	49%	54%	58%	51%
Carmo da Cachoeira	52%	54%	58%	45%
Coqueiral	48%	57%	52%	52%
Elói Mendes	51%	49%	51%	46%
Guapé	54%	59%	55%	49%
Ilicínea	50%	54%	56%	54%
Monsenhor Paulo	50%	46%	48%	46%
Santana da Vargem	54%	55%	57%	51%
São Bento Abade	53%	54%	56%	54%
Três Corações	54%	50%	50%	49%
Três Pontas	51%	55%	54%	49%
Varginha	48%	44%	41%	36%

Fonte: Elaborado pelos autores

De forma geral, os 15 municípios apresentam a relação gastos com pessoal e receita corrente líquida inferior ao limite estipulado de 60%.

Especificamente, os municípios de Boa Esperança, Guapé e Santana da Vargem apresentam a maior relação em 2016, 54%. Em 2017, Boa Esperança e Guapé estão praticamente no limite da relação estipulada. Já em 2018, os municípios de Campos Gerais e Carmo da Cachoeira informam 58% de gastos com pessoal em relação a receita corrente líquida. Por fim, em 2019, Ilicínea e São Bento Abade apresentam a maior relação, 54%.

A menor relação é apresentada por Varginha com percentuais de 48% em 2016 e 36% em 2019.

Conforme apresentado na seção anterior, em 2019 houve um aumento das receitas correntes líquidas, com isso, a relação com os gastos com pessoal apresentaram redução em todos os municípios em 2019.

Outro indicador analisado foi a relação gastos com pessoal e despesas totais, conforme apresentado no Quadro 7.

Quadro 7: Indicador - Gastos com Pessoal e Despesas Totais

Municípios	2016	2017	2018	2019
Boa Esperança	45%	50%	44%	41%
Campanha	49%	51%	48%	44%
Campo do Meio	49%	48%	46%	46%
Campos Gerais	44%	47%	47%	45%
Carmo da Cachoeira	54%	56%	54%	51%
Coqueiral	53%	58%	45%	49%
Elói Mendes	50%	49%	49%	48%
Guapé	53%	59%	50%	52%
Ilicínea	49%	55%	54%	55%
Monsenhor Paulo	45%	42%	44%	46%
Santana da Vargem	53%	56%	56%	51%
São Bento Abade	53%	53%	55%	53%
Três Corações	49%	44%	42%	39%
Três Pontas	51%	53%	50%	44%
Varginha	48%	45%	38%	36%

Fonte: Elaborado pelos autores

O município de Carmo da Cachoeira apresenta a maior relação em 2016, 54%. Em 2017, Coqueiral e Guapé informam a maior relação, 58% e 59%, respectivamente. Já em 2018, os municípios de Santana da Vargem e São Bento Abade apresentam o maior percentual, 56% e 55%. Por fim, em 2019, Ilicínea apresenta maior relação, 55%.

A menor relação é apresentada, em 2016, por Campos Gerais, em 2017, por Monsenhor Paulo, em 2018 e 2019, por Varginha.

E o terceiro indicador calculado para comparar os municípios foi o gastos com pessoal por habitante, conforme informa o Quadro 8.

Quadro 8: Indicador - Gastos com Pessoal por Habitante

Municípios	2016	2017	2018	2019
Boa Esperança	1.111,67	1.284,96	1.133,64	1.220,29
Campanha	1.139,86	1.135,20	1.184,26	1.242,59
Campo do Meio	1.043,98	1.078,69	1.147,36	1.213,18
Campos Gerais	806,28	923,05	1.004,26	1.038,05
Carmo da Cachoeira	1.161,71	1.221,32	1.292,33	1.163,29
Coqueiral	981,71	1.115,36	1.083,55	1.273,73
Elói Mendes	1.008,27	977,03	1.013,69	1.037,93
Guapé	1.324,85	1.444,47	1.383,85	1.543,32
Ilicínea	1.046,75	1.143,91	1.159,59	1.205,98
Monsenhor Paulo	1.120,11	1.040,87	1.070,49	1.189,71
Santana da Vargem	1.244,09	1.320,56	1.370,13	1.452,65
São Bento Abade	1.617,34	1.528,25	1.583,59	1.688,35
Três Corações	996,57	916,05	1.018,52	1.079,35
Três Pontas	1.110,10	1.218,63	1.193,16	1.247,02
Varginha	1.195,01	1.210,90	1.211,36	1.284,44

Fonte: Elaborado pelos autores

O maior valor de gasto com pessoal por habitante é do município de São Bento Abade, nos quatro anos analisados.

Em 2016, o município de Campos Gerais apresenta o menor valor por habitante, R\$ 806,28. Em 2017, Três Corações informa o menor valor, R\$ 916,05. E em 2018 e 2019, os municípios de Campos Gerais e Elói Mendes apresentam a menor relação gastos com pessoal por habitante.

As Tabela 3, 4 e 5 apresentam a estatística descritiva dos indicadores apresentados.

Tabela 3: Gastos com Pessoal e Receita Corrente Líquida

	2016	2017	2018	2019
Média	51%	53%	53%	48%
Desvio Padrão	2%	5%	4%	5%
Mínimo	48%	44%	41%	36%
Máximo	54%	60%	58%	54%

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 4: Gastos com Pessoal e Despesas Totais

	2016	2017	2018	2019
--	------	------	------	------

Média	50%	51%	48%	47%
Desvio Padrão	3%	5%	5%	5%
Mínimo	44%	42%	38%	36%
Máximo	54%	59%	56%	55%

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 5: Gastos com Pessoal por Habitante

	2016	2017	2018	2019
Média	1.127,22	1.170,62	1.189,99	1.258,66
Desvio Padrão	182,89	177,05	160,90	180,14
Mínimo	806,28	916,05	1.004,26	1.037,93
Máximo	1.617,34	1.528,25	1.583,59	1.688,35

Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com os resultados dos indicadores, em média os 15 municípios estudados apresentam uma relação gastos com pessoal e receita corrente líquida, entre 48% e 53%, com valor máximo de 60% e 36% de valor mínimo em 2019.

Já a relação gastos com pessoal e despesas totais, os municípios evidenciam um percentual médio com variação entre 47% e 51%, com valor máximo de 59% e 36% de valor mínimo em 2019.

Por fim, o montante médio dos gastos com pessoal por habitante teve uma variação de R\$ 1.127,22 a R\$ 1.258,66, de 2016 a 2019, com valor máximo de R\$ 1.688,35 e R\$ 1.528,25 de valor mínimo, dentre os 15 municípios.

Após a análise dos resultados dos indicadores, a seguir é apresentado a classificação dos municípios considerando a receita corrente líquida por habitante e os gastos com pessoal.

4.3 CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONFORME OS INDICADORES DOS GASTOS COM PESSOAL POR MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS

Os municípios foram classificados conforme o melhor resultado da relação entre a receita corrente líquida por habitante com os indicadores GP x RCL, GP x DT e GP x habitante, conforme o Quadro 9. Ou seja, a destinação da receita para os gastos com pessoal, para isso foi considerado como entrada a receita corrente líquida por habitante e como saída os indicadores dos gastos com pessoal.

Quadro 9: Classificação dos municípios

Município	Resultado	Classif.	RCL / Hab.	% GP x RLC	% GP x DT	GP x Hab.
Campos Gerais	100%	1	1.785,61	53%	46%	1.187,64
Elói Mendes	100%	1	2.062,00	49%	49%	1.175,48
Três Corações	100%	1	1.988,88	50%	43%	1.120,80
Varginha	100%	1	2.952,62	42%	41%	942,91
Monsenhor Paulo	98%	2	2.326,19	48%	44%	1.209,66
Campo do Meio	96%	3	2.311,54	49%	47%	1.113,59
Boa Esperança	95%	4	2.292,25	52%	45%	1.009,23
Campanha	93%	5	2.355,35	50%	47%	1.424,12
Coqueiral	93%	6	2.143,54	52%	51%	1.139,06
Três Pontas	90%	7	2.289,64	52%	49%	1.105,29
Ilicínea	90%	8	2.121,10	54%	53%	1.346,86
Carmo da Cachoeira	90%	9	2.334,07	52%	54%	1.604,38
Santana da Vargem	83%	10	2.488,81	54%	54%	1.002,62
Guapé	81%	11	2.640,21	54%	53%	1.192,23
São Bento Abade	77%	12	2.955,43	54%	53%	1.225,43

Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com os resultados, quatro municípios apresentaram melhor relação entre entrada e aplicação de recursos, ou seja, 100% e 11 municípios abaixo de 100%. A média geral dos municípios estudados, neste período, é de 92%, ou seja, a relação da receita corrente líquida e gastos com pessoal pode melhorar 8%.

Em resumo, os resultados foram agrupados em três faixas, conforme a Tabela 6.

Tabela 6: Resumo dos resultados da classificação dos municípios

Resultado/Média	Resultado	Municípios	RCL / Hab.	% GP x RLC	% GP x DT	GP x Hab.
= 100%	100%	4	2.197,28	48%	45%	1.106,71
De 90% a 99%	93%	8	2.271,71	51%	49%	1.244,03
< 90%	80%	3	2.694,82	54%	54%	1.140,09

Fonte: Elaborado pelos autores

Os quatro municípios com melhor resultado apresentam valor menor de receita corrente líquida por habitante e menores valores de gastos com pessoal comparado com a receita, despesas totais e por habitante.

Já oito municípios possuem em média 93% de índice da relação entre os indicadores, ou seja, maior receita corrente líquida por habitante e maior gasto com pessoal em relação a

receita, despesas totais habitantes.

Por fim, três municípios dos quinze estudados, apresentaram um índice médio de 80%, ou seja, a relação entre os indicadores estão 20% inferior aos demais municípios estudados.

Do exposto, pode-se verificar que quanto maior a receita corrente líquida por habitante maior são os gastos com pessoal, dessa forma os municípios com pior relação entre receita e gastos com pessoal, apresentam classificações inferiores.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo investigou o comportamento dos gastos com pessoal nos municípios da microrregião de Varginha, sul de Minas Gerais. Para tanto, efetuou-se uma análise de dados extraídos dos relatórios publicados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, do período de 2016 a 2019.

A análise dos resultados evidenciou que os municípios estudados, na maioria tiveram aumentos com os gastos com pessoal, com a receita corrente líquida e com o montante das despesas totais. No entanto, todos os municípios apresentaram uma relação dos gastos com pessoal e a receita corrente líquida, dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Um aumento das receitas correntes líquidas no ano de 2019 refletiu na redução do percentual dos gastos com pessoal, em todos os municípios. O aumento das receitas correntes foi em função do aumento das receitas de transferências ocorridas em 2019, o qual evidencia a geração de receitas próprias insuficientes para a manutenção e prestação de serviços aos municípios.

Por meio da análise dos indicadores dos gastos com pessoal, verificou-se que, em geral, os municípios apresentam médias bem próximas. Na relação entre gastos com pessoal e receita corrente líquida, a média ficou entre 48% e 53%. Já na relação dos gastos com pessoal e despesas totais, a média ficou entre 47% e 51%.

Os resultados da aplicação da metodologia *Data Envelopment Analysis* – DEA, demonstraram, a partir dos indicadores, a classificação dos municípios com melhor resultado da relação entre receita corrente líquida e gastos com pessoal, sendo os municípios de Campos Gerais, Elói Mendes, Três Corações e Varginha. Esses municípios, de acordo com a metodologia, passam a ser *benchmark* para os demais. Conforme os resultados, 8 municípios apresentaram um índice de 93%, ou seja, os indicadores gastos com pessoal com receita líquida, gastos com pessoal com despesas totais e gastos com pessoal por habitante, estão com

uma relação 7% inferior comparada com a receita corrente líquida por habitante. E 3 municípios, Santana da Vargem, Guapé, e São Bento Abade, informaram, 20% abaixo dos municípios com a melhor relação estudada.

É sabido da especificidade de cada município, mas de acordo com estudo, é possível identificar os pontos em comum e buscar melhorias, sem desconsiderar o atendido das demandas sociais e a qualidade da prestação dos serviços particulares dos municípios.

Destaca-se que os achados desta pesquisa podem contribuir para o processo de gestão, pois possibilitam uma reflexão quanto ao controle e destinação de recursos públicos.

Contudo, os resultados encontrados estão condicionados à escolha da amostra. Dessa forma, sugere-se para futuras pesquisas a utilização de um número maior de microrregiões, o que trará possibilidades de observar as divergências e semelhanças com os resultados aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Brasília, DF: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22/07/2020.

BRASIL. **Lei Complementar n. 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso: 14/07/2020.

CERVO, A; BREVIAN, A. **Metodologia Científica**: Para uso dos estudantes universitários. 4 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1996.

CHARNES, A.; COOPER, W. W.; RHODES, E. **Measuring the efficiency of decisionmaking units**. *European Journal of Operational Research*, Amsterdam, v. 2, p. 429-444, 1978.

CONFESSOR, Kliver Lamarthine Alves; COSTA, Jailza Mendes da; TORRES, Audrey Regina Leite Esperidião; TORRES, Fernando José Vieira. Despesas com pessoal nos municípios do estado da Paraíba: uma análise do último triênio (2014 à 2016), In: XX Seminários em Administração – SemeAD, 2017. São Paulo. **Anais XX Seminários em Administração**. São Paulo- SP: SEMEAD, 2017.

FARREL, M. J. The Measurement of productive efficiency. *Journal of the Royal Statistical Society*, London, v. 120, n. 3, p. 253-290, 1957.

FIRJAN. **Índice Firjan De Gestão Fiscal**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2019. Disponível em:

https://www.firjan.com.br/data/files/8F/50/19/81/B2E1E610B71B21E6A8A809C2/IFGF-2019_estudo-completo.pdf. Acesso em 03/08/2020.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 17ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HAYNES, E. K.; DINC, M. Data Envelopment Analysis (DEA). In: KEMPF-LEONARD, K. (Ed.). **Encyclopedia of social measurement**. New York: Elsevier, 2005.

LINHARES, F.; PENNA, C.; BORGES, G. Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 6, p. 1359-1374, 2013.

SILVA, Luiz Henrique da, Despesas com pessoal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal no município de Camboriú/SC. In: XXI Seminários em Administração – SemeAD, 2018. São Paulo. **Anais XXI Seminários em Administração**. São Paulo- SP: SEMEAD, 2018.

SOUSA, Kleber Moraes; ALMEIDA, Sinara Mônica Vitalino de, Limite das Despesas com Pessoal e a Redução da Produção dos Serviços do PSF: Um Estudo nos Municípios Pernambucanos. In: XIV Seminários em Administração – SemeAD, 2011. São Paulo. **Anais XIV Seminários em Administração**. São Paulo- SP: SEMEAD, 2011.